



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PROCURADORA-GERAL

Tomada de posse da diretora do DIAP de Lisboa

O sentimento maior associado a esta cerimónia é a de uma reconfortante alegria decorrente da nomeação para o cargo de Diretora do DIAP de Lisboa de uma magistrada de indiscutível craveira técnica e qualidades pessoais largamente acima da média.

Trata-se, com efeito, de uma nomeação que não permite qualquer margem de discussão ou dúvida a respeito do preenchimento de qualquer um desses atributos por parte da ora empossada.

Permitam-me, no entanto, que confesse não conseguir respirar por inteiro desse sentimento de alegria, toldada que estou por um marcante sentimento de perda e de saudade que já sinto.

Que todos na Procuradoria-Geral da República já sentem.

Não tenho a esse respeito a menor dúvida.

Por isso, não vou propositadamente alongar-me.

À laia de registo para memória futura, declaro-me apenas, com ênfase, bafejada pela sorte, ao ter tido o privilégio de, ao longo dos últimos 5 anos, contar invariavelmente com o seu inestimável contributo integrando, com elevado gabarito e qualidade humana de excelência, o gabinete de assessores da Procuradora-Geral da República.

Nele e durante expressivo lapso temporal – nele incluído o que, por se situar com anterioridade relativamente ao início das minhas funções, naturalmente não pude observar ou acompanhar de perto –, a nova Diretora do DIAP de Lisboa, pelos anos de serviço que detém, pelo período de tempo ao longo do qual desenvolveu funções como assessora do gabinete de vários e sucessivos Procuradores-Gerais da República e



também pelo repositório vivo e completo de todo um histórico, foi a nossa muito estimada veterana.

As suas qualidades dispensam enunciação e concitam generalizado reconhecimento por parte do alargado universo de magistrados que consigo, ao longo dos tempos, tem interagido.

E não só magistrados.

E não só magistrados nacionais.

Mas um leque variado de outros juristas e técnicos das mais diversas instituições, em particular do espectro judiciário, com as quais, ano após ano, a Procuradoria-Geral da República vem estabelecendo contacto e interação, a propósito dos mais variados temas, de âmbito nacional mas revestindo também alguns deles projeção ou dimensão internacional.

A minha palavra, por elementar justiça, só pode ser assim de veemente agradecimento por tudo o que, no dia-a-dia, deu de si, por todas as aprendizagens que, sempre de bom grado e com entusiasmo, soube transmitir a todos com quem lidou, de modo muito genuíno, ativo e generoso e, acima de tudo, pelas suas omnipresentes disponibilidade, espírito de entreatajuda, humildade e lealdade, tão incomuns e tão autênticos.

Expressando também profunda convicção relativamente ao trabalho sério e competente que desenvolverá enquanto Diretora do DIAP de Lisboa, a principal estrutura do Ministério Público vocacionada para a investigação criminal, tendo presente a dimensão dos recursos humanos que absorve e dos inquéritos criminais que movimenta.

O DIAP de Lisboa, regional e comarcão, exige um trabalho de entrega total e de disponibilidade incondicional, desde logo atendendo aos problemas internos cuja superação terá de ser incessantemente perseguida, de forma serena, ponderada e criativa, com a colaboração e o contributo de magistrados e oficiais de justiça, mas



também mantendo ou incrementando frutuosas interações com uma multiplicidade de entidades e instituições, em particular aquelas que estatutariamente estão vocacionadas para a investigação criminal.

Neste último domínio, sublinho enfaticamente a essencialidade do bom relacionamento interinstitucional e interpessoal, despojado de juízos apriorísticos, vaidades pessoais, quaisquer laivos de imaturidade, imponderação ou impulsividade que, longe de resolverem problemas, apenas geram outros, agravam os pré-existentes e contribuem para o enquistamento de padrões comportamentais inadequados que todos sabemos a quem aproveitam.

Não podemos consentir nisso.

Não podemos perder o muito que de bom se alcançou já, importando, com o peso da experiência que o decurso do tempo se encarrega de dar, não desbaratar essas aquisições mas antes construir quotidianamente os alicerces de outras mais desafiantes e bem conseguidas, atendendo a cada uma das unidades que compõem o departamento, sempre sem perder de vista o conjunto, o sentido de unidade que lhe deve conferir identidade e carisma e a indispensável sagacidade da perspetiva estratégica e gestonária.

À investigação criminal está hoje associada uma crescente complexidade e um permanente desafio de ousadia e criatividade, num exercício particularmente exigente face à escassez de recursos humanos cuja persistência temporal reiteramos lamentar e cuja superação – que depende de decisões que não nos compete tomar – tarda.

Tudo realidades bem conhecidas da Senhora Procuradora-Geral-Adjunta, Dr.^a Fernanda Pego que, com grande dedicação exerceu, ao longo dos últimos seis anos, o cargo de Diretora do Departamento, num inegável propósito que manteve sempre vivo de o guindar a patamares elevados, o que não pode deixar de ser enaltecido. Por essa razão lhe deixo o meu muito sincero agradecimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PROCURADORA-GERAL

Senhora Diretora do DIAP de Lisboa,

A experiência, a serenidade e a argúcia, a par com o saber e os demais atributos e qualidades pessoais de V.Ex^a. proporcionarão certamente um futuro de desenvolvimento crescente e evolutivo do Departamento.

Pela sua disponibilidade resta-me expressar-lhe sincero agradecimento e fazer votos das melhores realizações, afirmando que a Procuradoria-Geral da República não deixará de lhe proporcionar o apoio de que carecer, no contexto das suas competências e atribuições, em prol do fortalecimento de uma das mais emblemáticas unidades orgânicas do Ministério Público.

Muito obrigada.

Procuradoria-Geral da República

2 de novembro de 2023